

Amagis

NA IMPRENSA

NOVEMBRO DE 2010

ESTADO DE MINAS (BH) • 28 DE OUTUBRO DE 2010

ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2010

POLÍTICA



Carlos Velloso, Itamar Franco e Danilo de Castro receberam ontem medalha concedida pela Amagis

PREMIAÇÃO

Magistrados homenageiam destaques dos três poderes

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) homenageou ontem o ex-presidente da República e senador eleito Itamar Franco, o secretário de Governo de Minas, Danilo de Castro, e o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso. Os três foram agraciados com a medalha Desembargador Guido de Andrade, em solenidade prestigiada por representantes dos vários setores da sociedade, realizada na sede da associação, no Bairro Cruzeiro, Região Centro-Sul da capital.

Os homenageados, por suas qualidades e valores, prestaram relevantes serviços à associação e ao fortalecimento da magistratura mineira. Este ano foram escolhidas para as homenagens três personalidades que representassem os poderes

legislativo, Judiciário e Executivo. O ex-presidente Itamar Franco, ao falar da honraria, destacou o espírito de luta para a conquista do direito individual e coletivo. Apesar da formação de engenheiro, a gente sempre aprendeu que o direito é a paz. Mas o direito não chega à paz sem a luta, afirmou. Falando em nome dos homenageados, o ministro Carlos Velloso ressaltou que, por sua trajetória de vida, Itamar Franco e Danilo de Castro "elevam a honra" do desembargador Guido de Andrade, que dá nome à comenda. Também destacou a necessidade de que seja feita uma reforma do Judiciário, para tornar o trâmite legal mais ágil. Velloso comentou que há uma "explosão de processos no país", indicando, segundo ele, uma total confiança da sociedade na Justiça.

O juiz Bruno Terra, presidente da Amagis, exaltou a trajetória de vida pública dos homenageados, marcada pela luta democrática. E acrescentou: "Justiça não se faz sozinho, mas com harmonia entre todos os poderes, para então se ter a sonhada democracia".

A comenda foi instituída pela Associação dos Magistrados Mineiros em 15 de junho de 2007, sob coordenação do juiz Marcos Henrique Caldeira Brant. O desembargador José Guido de Andrade, que dá nome à medalha, foi presidente da associação de 1995 a 1997 e um ícone da magistratura mineira, por suas lutas e conquistas no Judiciário, até sua morte, em 2004. Ele formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1956. Foi promotor de justiça e ingressou na magistratura em 1961. Em 1988, tornou-se desembargador. Aposentou-se compulsoriamente em 2002.

HOJE EM DIA (BH) • 24 DE OUTUBRO DE 2010

BELO HORIZONTE, DOMINGO, 24/10/2010 HOJE EM DIA -

24 Minas

MINAS EM DIA MÁRCIO FAGUNDES

Com Margarida Hallacoc e Sayonara Calhau

Três poderes

O ex-presidente e senador eleito Itamar Franco, o ex-presidente do STF Carlos Velloso e o ex-secretário de Governo Danilo de Castro serão homenageados, dia 27, com a medalha Desembargador Guido de Andrade, pela Amagis.

ESTADO DE MINAS (BH) • 25 E 31 DE OUTUBRO DE 2010

ESTADO DE MINAS • SEGUNDA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2010

CULTURA

MÁRIO FONTANA

Amagis

Por falar em medalhas, a Associação Mineira de Magistrados (Amagis) promove, quarta-feira, solenidade em sua sede para entregar a comenda Desembargador Guido de Andrade. Os agraciados serão em número bem menor que em Cabangu: o ex-presidente Itamar Franco, senador eleito; Carlos Mário Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal; e Danilo de Castro, secretário de Estado. Às 19h30. O juiz Bruno Terra Dias presidirá o evento.

MÁRIO FONTANA

ESTADO DE MINAS • DOMINGO, 31 DE OUTUBRO DE 2010

CULTURA



O secretário Danilo de Castro com o senador Itamar Franco, o juiz Bruno Terra Dias e o ex-ministro Carlos Mário Velloso no entrega da Comenda Guido de Andrade, na Associação Mineira de Magistrados

Amagis outorga medalha Guido de Andrade

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 10 horas atrás

A Amagis realizou, na noite desta quarta-feira, 27, mais uma solenidade de outorga da Medalha Desembargador Guido de Andrade, a mais alta honraria da Associação. Os agraciados com a comenda neste ano foram o ex-presidente da República e senador eleito por Minas Gerais, Itamar Franco, o ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, e o secretário do Governo de Minas, Danilo de Castro.

A honraria, instituída em 2007, é concedida anualmente pela Amagis a representantes dos Três Poderes, com o objetivo de homenagear aqueles que prestaram relevantes serviços à Associação e ao fortalecimento da magistratura.

O orador oficial da cerimônia foi o juiz Gilson Soares Lemes, que destacou, no início de seu discurso, uma passagem do filósofo grego Aristóteles, na qual o pensador diz que a honra não está em receber títulos, mas em merecê-los. Em seguida Lemes destacou as trajetórias dos agraciados da noite, ressaltando que os três são dignos e merecedores de homenagem. Nesta noite de alegria, a Amagis concede a medalha que leva o nome do desembargador Guido de Andrade a homens que, a exemplo do nosso saudoso líder, representam a competência, a honestidade e o trabalho por Minas e pelo Brasil, sempre ao lado da magistratura mineira, destacou o orador.

O ministro Carlos Velloso falou em nome dos homenageados e lembrou que sempre esteve muito perto da magistratura mineira, declarando estar muito honrado com a homenagem. Tenho muito orgulho da Justiça de Minas. É um Judiciário sério, responsável e um dos melhores Judiciários do Brasil, se não o melhor. É com muita alegria e satisfação que recebo esta medalha, afirmou.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, destacou em seu discurso o poder do significado da palavra democracia, afirmando dá sentido a uma caminhada que jamais se encerra. Bruno Terra ainda lembrou momentos de relevância na carreira dos homenageados como exemplos de homens públicos. Este momento é de alegria e regozijo para a magistratura mineira, porque, afinal de contas, a Justiça não se faz sozinha. Ela só se faz quando há harmonia entre todos os poderes e respeito mútuo, disse o presidente.

A Comenda Desembargador Guido de Andrade foi instituída pela Amagis através da portaria normativa nº 1, de 15 de junho de 2007, durante a gestão do ex-presidente Nelson Missias. A coordenação do juiz Marcos Henrique Caldeira. Neste ano, a leitura da portaria de instituição foi feita pelo juiz Carlos Velloso, diretor de Cidadania e Direito Humano.

Agência Minas - Notícias do Governo do Estado de Minas Gerais

Secretário de Estado de Governo é agraciado pela Amagis

Eduardo Rocha



Sexta-feira, 29 de outubro de 2010

Honraria

Amagis outorga medalha Guido de Andrade

Histórico



A comenda neste ano foram o ex-presidente da República e senador eleito por Minas Gerais, Itamar Franco, o ministro e ex-presidente do STF, Carlos Velloso, e o secretário do governo de Minas, Danilo de Castro.

A Amagis realizou na última quarta-feira, 27/10, a solenidade de outorga da Medalha Desembargador Guido de Andrade, a mais alta honraria da Associação. Os agraciados com a comenda neste ano foram o ex-presidente da República e senador eleito por Minas Gerais, Itamar Franco, o ministro e ex-presidente do STF, Carlos Velloso, e o secretário do governo de Minas, Danilo de Castro.



22/10/2010 17:18:04

Amagis homenageia autoridades dos Três Poderes

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 29/10/2010

32 Geral

MINAS EM DIA
MÁRCIO FAGUNDES

Com Margarida Hallacoc e Sayonara Caldeira

Laço forte

Teve gente que considerou a entrega da medalha e Amagis, esta semana, a três personalidades (Itamar Franco, Carlos Velloso e Danilo de Castro) uma autêntica festança. Os dois últimos são filiados à essa agremiação partidária; o senador eleito, não, assim como o PPS, mas bateu um bolão com as principais lideranças do PSDB no Estado. Nos tempos do então presidente da entidade, juiz Nelson Missias, hoje desembargador do TJMG, a entrega da comenda tinha um caráter de promover uma maior proximidade entre a Amagis e as demais instituições, tanto que saíram de lá com a homenagem figuras como Sepúlveda Pertence e José Alencar Gomes da Silva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Início :: Juizes :: Institucional :: Correção :: Consulta :: Academia :: Extranet :: Intranet

AMAGIS homenageia autoridades

O ex-presidente da República e senador eleito Itamar Franco, o ex-presidente do STF Carlos Velloso e o ex-secretário de Governo Danilo de Castro foram homenageados pela Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), com sua honraria oficial, no último dia 27.

Representantes dos Três Poderes, eles receberam a medalha Desembargador Guido de Andrade, às 19h30, na sede da AMAGIS, no Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte.

A honraria oficial da AMAGIS homenageia, anualmente, personalidades e instituições públicas e privadas que, por suas qualidades e valores, prestaram relevantes serviços à Associação e ao fortalecimento da magistratura mineira. A honraria está em sua 4ª edição.

O desembargador José Guido de Andrade, que dá nome à honraria da AMAGIS, foi um dos líderes da magistratura mineira. Sua morte, em 2004 representou uma grande perda para a classe, mas não apagou as boas memórias de suas lutas e conquistas em favor de todo o Poder Judiciário.

Tribunal de Justiça Militar - 1ª Instância
Auditoria de Justiça Militar - 2ª Instância
Rua Gonçalves, 1.284 - Barro Preto - Belo Horizonte / MG - CEP 30140-070 - Tel: (31) 3295-5080 / Fax: 3295-5080 - Ramal: 225
CEP 30180-101 - Tel: (31) 3295-5080 / Fax: 3295-5080 - Ramal: 225
© Copyright 2007 - Poder Judiciário

Blog de Notícias

Jornalista João Carlos Amaral

Sábado, Outubro 23, 2010



- O ex-presidente da República e senador eleito Velloso e o ex-secretário de Governo Danilo de Castro foram homenageados pela Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), com sua honraria oficial, no último dia 27.
- Representantes dos Três Poderes, eles receberam a medalha Desembargador Guido de Andrade, às 19h30, na sede da AMAGIS, no Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte.
- Em sua 4ª edição, a honraria oficial da AMAGIS homenageia, anualmente, personalidades e instituições públicas e privadas que, por suas qualidades e valores, prestaram relevantes serviços à Associação e ao fortalecimento da magistratura mineira. A honraria está em sua 4ª edição.
- Em 2009, foram agraciados os ministros aposentados do STF, Carlos Velloso e Celso de Figueiredo, o deputado estadual, Durval Ângelo Andrade, e o senador eleito, Itamar Franco.
- O desembargador José Guido de Andrade, que dá nome à honraria da AMAGIS, foi um dos líderes da magistratura mineira. Sua morte, em 2004 representou uma grande perda para a classe, mas não apagou as boas memórias de suas lutas e conquistas em favor de todo o Poder Judiciário.

Legis Brasil

Portal de Notícias Jurídicas

Nota da Amagis – Desagravo à juíza de Contagem Marixa Lopes Rodrigues

08/10/2010

Em nome da verdade e das boas relações entre a magistratura e a advocacia, a Amagis divulga nota de desagravo em favor da juíza Marixa Lopes Rodrigues, de Contagem, para contestar o equivocado posicionamento da OAB/MG acerca do julgamento do caso Bruno.

Não houve desrespeito à legislação, nem restrições, nas medidas adotadas. Até porque, a juíza Marixa Lopes Rodrigues jamais impediria o acesso do representante da OAB a um procedimento no qual o que se busca é a apuração dos fatos e a efetivação da Justiça. Há equívocos que motivaram a manifestação da OAB e que precisam ser esclarecidos.

Em primeiro lugar, havia um representante da OAB – seção de Contagem – na audiência, na pessoa do advogado André Luiz Correa de Andrade, OAB 68349B. Em segundo lugar, ele próprio não reconheceu o representante estadual da entidade, quando consultado pela juíza. Como não havia vaga no estreito espaço da sala de audiências, e também por razões de segurança, a juíza optou por priorizar a presença dos advogados das partes e o direito amplo e constitucional de defesa dos réus.

A OAB deveria ter apurado os fatos antes de atacar o trabalho correto e dedicado de uma juíza. Temos grande respeito pela instituição OAB, que, a exemplo da Amagis, é uma das bases do Estado

Democrático de Direito, que tem como um dos princípios inatacáveis a independência da nobre missão de julgar.

Esse equívoco contra a magistrada, certamente não abalará a sua independência e convicções, mesmo porque é uma profissional extremamente preparada, serena e paradigma da magistratura.

A Amagis solicitou ao seu vice-presidente de Saúde, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que comparecesse ao fórum da comarca, onde se encontra neste momento, acompanhando a audiência e prestando todo apoio e solidariedade à magistrada.

Belo Horizonte, 8 de outubro de 2010.

Diretoria da Amagis

JUIZ BRUNO TERRA DIAS
Presidente

Portal de Notícias Jurídicas

Nota pública – Amagis lamenta fato ocorrido do Fórum de Contagem

19/10/2010

A direção Amagis, reunida extraordinariamente e com grande preocupação, vem a público lamentar os graves fatos ocorridos no Fórum de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na madrugada desta terça-feira, 19. A falta de segurança infelizmente é antiga e não atinge apenas o Fórum de Contagem. A diretoria da Amagis sempre se posicionou de forma a buscar soluções para essa situação. No dia 23 de agosto, reuniu-se no Fórum da Contagem para discutir a segurança no local e prestou total apoio, pessoal e institucional aos juízes da comarca.

Nos últimos anos, a Associação vem realizando diversas reuniões com os presidentes do TJMG, a fim de que os magistrados, servidores e jurisdicionados tenham maior segurança nos fóruns.

Embargador Cláudio Costa, tendo assumido recentemente a liderança, vem fazendo grandes esforços para viabilizar a Comissão de Segurança do TJMG, assim como a necessidade de segurança nos fóruns de todo o Estado.

Em meio ao curso das investigações criminais, solidariza-se com a família do juiz e já determinou que o Departamento Jurídico da Associação

Autoridades recebem honraria do TCE-MG

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 21 de Outubro de 2010

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) condecorou diversas autoridades nesta quinta-feira, 21, com a entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmin, entre elas o ministro do STJ, João Otávio de Noronha; o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra; e a juíza da comarca de Santa Luzia, Aldina Carvalho Soares.

A cerimônia, conduzida pelo presidente do TCE-MG, conselheiro Wanderley Ávila, contou com a presença de representantes dos Três Poderes. O orador oficial, juiz Bruno Terra, falou em nome dos homenageados. Em seu discurso, o presidente da Amagis agradeceu citando versos de Fernando Pessoa:

Para ser grande sê inteiro:

Nada teu exagera ou exclui

Sê todo em cada coisa

Põe quanto és no mínimo que fazes

Assim em cada lago a lua toda brilha porque alta vive

A todos nós, unidos nesta data solene pelo agraciamento conferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, mineiros ou não, toca o sentimento distintivo da soberana cidadania de quem fez, e registrou em sua biografia, as opções políticas e pessoais corretas nos momentos de contraste das instituições e dos conflitos definidores da personalidade, disse.

Ainda em seu discurso, o presidente da Amagis destacou a biografia do mineiro José Maria Alkmin, o primeiro presidente do TCE-MG, que dá nome ao Colar. Sua biografia serve como documento de uma época, a influenciar gerações como exemplo de homem público. De alguma forma, todos nós, agraciados nesta data, nos encontramos com uma ou mais facetas do homem múltiplo, além de seu tempo, que foi José Maria Alkmin, identificados pelo espírito mineiro que soube, como poucos, incorporar em todas as missões que assumiu, afirmou o magistrado sendo muito aplaudido pelos presentes.

ESTADO DE MINAS (BH) • 5 DE OUTUBRO DE 2010

NACIONAL

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA,
5 DE OUTUBRO DE 2010

MINAS

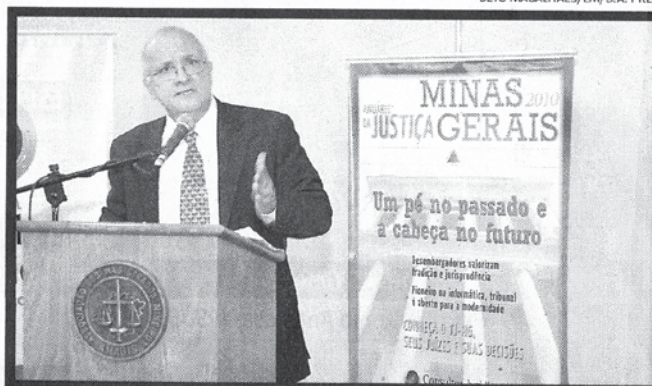
Judiciário lança anuário

THOBAS ALMEIDA

BETO MAGALHÃES/EM/D.A. PRESS

O Poder Judiciário de Minas Gerais conta desde ontem com uma radiografia ampla do trabalho feito nos diversos órgãos e instituições que o compõem. O Anuário da Justiça de Minas 2010, elaborado pela revista eletrônica *Consultor Jurídico (Conjur)* e lançado na noite passada, na sede da Associação Mineira dos Magistrados (Amagis), traz, entre outras informações, decisões de destaque proferidas pelo Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) e o perfil completo dos 125 desembargadores que atuam nas 25 câmaras do tribunal.

"Além desses dados, o anuário trata de outros órgãos, como o Ministério Público e a seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil", explica o editor da publicação, Maurício Cardoso. Ele



Márcio Chaer, editor da publicação Anuário da Justiça de Minas

acrescenta que o anuário pode servir como um guia. "Queremos mostrar como a Justiça funciona por dentro, além de ajudar a ampliar sua transparência", comenta Cardoso. Outro ponto positivo destacado por ele é a divulgação

do perfil dos desembargadores com informações que até então

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, vê dupla serventia para a publicação. "Primeiro, perpetuação e a conformação

da tendência de julgamento do nosso tribunal. Segundo, de maior importância, é servir como instrumento de trabalho aos profissionais do direito", destaca o presidente.

Para o magistrado, o anuário tem como pano de fundo o papel de estreitar os laços entre a sociedade e o Judiciário. "Vivemos em uma sociedade que quer conhecer suas autoridades, em todas as esferas, e quer saber o que está sendo feito. Sem dúvida, o anuário é um instrumental que poderá auxiliar nessa tarefa", completa Dias.

ve o anuário publicado na um mês. São Paulo e Rio Grande do Sul receberão em breve edições semelhantes. Os interessados podem encontrar as publicações em livrarias e no site do Conjur.

HOJE EM DIA (BH) • 6 DE OUTUBRO DE 2010

ESTADO DE MINAS (BH) • 4 DE OUTUBRO DE 2010

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 6/10/2010 HOJE EM DIA

32 Geral
MINAS EM DIA
MÁRCIO FAGUNDES



O perfil do Judiciário Mineiro

Perdeu quem não compareceu ao lançamento do primeiro Anuário da Justiça Mineira, segunda-feira, na sede da Amagis. A publicação traça um perfil dos desembargadores. São apenas dois os tribunais (São Paulo e Rio de Janeiro) no país com obra semelhante. Além dessas instituições, o STF. O Anuário valoriza o Poder Judiciário. Mostra o esforço dos seus integrantes para agilizar os processos. A título de ilustração, em 2008, ingressaram mais de 1,5 milhão de novas ações e mais de 182 mil decisões de 2ª instância foram publicadas pela instituição. O evento de lançamento do Anuário da Justiça/Consultor Jurídico contou com vários setores da sociedade, representantes do TJMG, Ministério Público, OAB e Defensoria Pública. O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, registrou de público o ineditismo da obra. Ele ressaltou que "todos os segmentos da carreira jurídica" estavam ali. A solenidade contou com apresentação da Orquestra de Cordas Ouro Preto, que encantou os presentes com repertório do argentino Astor Piazzolla, com direito a bandoneón.

ESTADO DE MINAS • SEGUNDA-FEIRA,
4 DE OUTUBRO DE 2010

CULTURA

MÁRIO FONTANA Bricabraque

Hoje, no salão de festas da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), tem coquetel para lançamento do *Anuário da Justiça Minas Gerais 2010*. Promoção da revista *Consultor Jurídico*. A partir das 18h30.

HOJE EM DIA (BH) • 4 DE OUTUBRO DE 2010

BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 4/10/2010 HOJE EM DIA

Minas 15

MINAS EM DIA
MÁRCIO FAGUNDES

» A Amagis lança hoje o Anuário da Justiça Mineira com o perfil de cada representante do Poder, a exemplo do que já fizeram São Paulo e Rio de Janeiro.



Texto publicado quarta, dia 6 de outubro de 2010

NOTÍCIAS

Imprensa mineira dá destaque ao **Anuário da Justiça**



O lançamento do **Anuário da Justiça de Minas Gerais 2010**, nesta segunda-feira (4/10) em Belo Horizonte, foi destaque na imprensa mineira esta semana. Os jornais *O Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *Tribuna de Minas* publicaram notas e notícia sobre a publicação, que traça um perfil do Judiciário mineiro. A rádio CBN de Belo Horizonte e os sites do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da OAB-MG, da Defensoria Pública mineira e da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) também deram destaque ao **Anuário**.

O jornal *Hoje em Dia* chamou atenção para o perfil dos desembargadores do TJ de Minas Gerais. Além disso, lembrou que os Tribunais de São Paulo e do Rio de Janeiro são os únicos de segunda instância que possuem pesquisa semelhante, sem contar o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores, que há cinco anos são retratados pela equipe da **Consultor Jurídico**. Segundo o colunista Márcio Fagundes, o **Anuário** valoriza o Poder Judiciário, além de mostrar o esforço dos seus integrantes para agilizar a tramitação dos processos.

A notícia publicada na Terra (foto). "A

destaque para o que a publicação cumpre determinada forma de instrumento de trabalho. O **Anuário** serve como instrumento de trabalho para futuras mais adequadas.

A solenidade, que contou com a presença de Freire Advogados, regida pelo maestro argentino Astor e ArcelorMittal.

A edição do jornal apresentou o Tribunal traz dados importantes da sociedade. "Depois de anos tem seu Anuário, iniciativa, o que é um evento que reúne pessoas e instituições. O Constituinte fez



Texto publicado segunda, dia 4 de outubro de 2010

NOTÍCIAS

Anuário da Justiça revela Judiciário mineiro

POR MAURÍCIO CARDOSO

Com a presença de representantes de toda a comunidade jurídica mineira, foi lançado, nesta segunda-feira (4/10), o **Anuário da Justiça de Minas Gerais 2010**. O lançamento ocorreu na sede da Associação dos Magistrados Mineiros, em Belo Horizonte, em evento que contou com a apresentação da Orquestra Sinfônica de Ouro Preto.

Entre outras presenças ilustres, compareceram ao lançamento a desembargadora Marcia Milanez, vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o desembargador Domingos Geraldo Coelho, o presidente da seccional mineira da Ordem dos Advogados do Brasil, Luiz Cláudio Chaves e o presidente da Amagis, juiz de Direito Bruno Terra. A Defensoria Pública Geral de Minas Gerais Andréa Tonet foi representada pelo defensor público Eduardo Generoso e o desembargador Francisco Kupidlovski pelo assessor Ricardo Martins.

Ao fazer a apresentação da publicação, o diretor Márcio Chaer afirmou que o **Anuário** é o resultado do trabalho de todos os membros da comunidade jurídica mineira, sejam eles juízes, membros do MP, defensores públicos, ou advogados. Explicou também que o **Anuário** está composto de três partes: a primeira trata de apresentar os perfis dos julgadores, mostrando os traços pessoais dos desembargadores e sua conduta jurisdicional dentro das câmaras de julgamento do tribunal; a segunda parte trata de apresentar as decisões produzidas pelo tribunal e selecionadas de acordo com sua relevância jurídica; e a última parte é a descrição dos outros ramos da Justiça e dos órgãos que atuam junto com o tribunal, tais como a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral, os Ministérios Públicos Federal e Estadual, a Defensoria Pública, a Advocacia-Geral do Estado e a OAB.



Texto publicado sexta, dia 22 de outubro de 2010

ARTIGOS

Cadastro sobrepõe missão constitucional da OAB

POR BRUNO TERRA DIAS

Notícia do **Consultor Jurídico**, datada de 20 de outubro, tem por título: "Seccionais da OAB apoiam cadastro de inimigos". No desenvolver da matéria, esclarece-se que o conselheiro Guilherme Batochio apresentou, em reunião dos presidentes de Comissões de Defesa das Prerrogativas das seccionais da OAB, a "proposta de criação do Cadastro Nacional de Violação das Prerrogativas do Advogado", isso com a justificativa de que serviria como base de dados para um suposto critério de avaliação de ingresso de magistrados aposentados nos quadros da OAB. Eis o cenário.

Infeliz é a qualificação de uma tal iniciativa. Ainda que tendo pessoal e fraternal relacionamento com grande número de advogados militantes e integrantes da administração (atual ou pretérita) da OAB, tal posicionamento, ao vislumbre do conhecimento dos fatos, do relacionamento entre pessoas e instituições, assim como à luz de princípios norteadores da conduta, não sobrevive a uma análise, mesmo que superficial.

As pessoas, especialmente as investidas de funções e cargos públicos, ou de atuação pública, devem estar à altura dos desafios de suas posições, sem jamais deslembrar que a representação das instituições deve garantir sua perenidade no convívio com suas congêneres e com os cidadãos. Não se deve sacrificar a instituição pela notoriedade circunstancial, pelas conveniências pessoais de momento. Esse é o princípio geral de conduta.

O relacionamento das instituições, com suas congêneres ou com pessoas, impõe observância de sua natureza e finalidade, para que o representante de ocasião não se faça ou pretenda fazer superior a ela. A transitoriedade da representação não se compadece com personalismos opressivos da própria instituição, que sacrifiquem seus superiores objetivos; a OAB, consagrada constitucionalmente à função de garante da democracia, não pode ceder à tentação que bate às portas de representantes seus e transformar-se em instrumento de atuação da vontade de alguns, deturpando o sentido que o Estado de Direito consagra à sua existência. Difícil é a missão de refrear arroubos pessoais ou de grupo em prol da instituição representada, especialmente no trato com suas congêneres ou com pessoas.

O cotidiano tem nos mostrado à mancha o quanto enganam-se as pessoas no encargo de representação das instituições. O conhecimento limitado dos fatos motiva equívocos, posto que a falibilidade inerente à humanidade dos representantes das instituições frequentemente não permite pleno descortino de todas as circunstâncias de cada caso e flagrantes injustiças podem ser cometidas.

Se no relacionamento com pessoas a falibilidade recomenda contrariamente à pretensão anunciada, que fazer diante do relacionamento com outras instituições? Imaginar que representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais instituições que congregam profissionais do direito ajam da mesma forma inviabilizaria a finalidade maior que a todas congrega, qual seja a de fazer Justiça, pacificar a sociedade e permitir que o progresso se alcance.

Não nos escusemos, por inteiramente oportuno, de apontar que a posição de garante da democracia no Estado de Direito impõe observância de limites fixados por lei, com antecedência de amplo debate por todos os seguimentos envolvidos no Congresso Nacional. Eleger, por capricho ou sentimentos menores, critérios de afastamento contra pessoas e instituições é desmerecer por completo a dignidade que a Assembleia Constituinte fez questão de reconhecer à OAB.

Infeliz o anunciado "cadastro dos inimigos", que, acaso aprovado ao sabor de conveniências pessoais de momento em detrimento da missão constitucional da instituição, injustiças perpetrará em sacrifício da cidadania e do sofrido povo brasileiro que merece mais, muito mais do que a engenhosidade da vontade persecutória possa engendrar.

BRUNO TERRA DIAS é presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).